Debate marxista sobre as últimas transformações do capitalismo

Wallace dos Santos de Moraes[1]

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é discutir as últimas transformações do capitalismo sob a perspectiva da literatura marxista e, como sua práxis, avaliar seus resultados para a classe trabalhadora. Todavia, antes de avançarmos, cumpre estabelecer o que entendo por literatura marxista. Evidentemente, só podemos compreender como tal os escritos que têm como princípio os postulados e as descobertas teóricas de Karl Marx. Para tanto, elenco os seguintes pressupostos mínimos: 1) o entendimento da luta de classes como motor da história, em outras palavras, se existem classes sociais, que são determinadas pela produção,[2] seus interesses são diferentes e, particularmente no capitalismo, não há possibilidade de atender aos interesses do capital e do trabalho simultaneamente. Aqui, com efeito, descarta-se toda idéia que aponte para conciliação de classes ou, simplesmente, para o atendimento dos interesses de ambas; 2) o Estado sempre representa os interesses das classes dominantes. No caso específico do capitalismo, o Estado defende os interesses dos proprietários dos meios de produção como um todo e, em particular, da fração de classe hegemônica da burguesia, por vezes em disputa com as outras frações, mas sempre com o objetivo de garantir as desigualdades sociais, a divisão social do trabalho, a propriedade privada e a dependência do trabalho ao capital. Destarte, no pensamento marxista, não pode haver crença no papel benéfico do Estado capitalista para os trabalhadores; 3) o pensamento marxiano sempre se caracterizou pela defesa da revolução socialista como solução para a emancipação do proletariado. Portanto, aqui se descarta a idéia da possibilidade de reformas que não mudam as bases da exploração fundada na extração de sobretrabalho, alicerçada no reconhecimento do direito de propriedade privada dos meios de produção, o que significa, na prática, para a maioria da população, apenas o direito de ter direito, mas nunca de realizá-lo.

***

A nova fase do capitalismo, na literatura baseada nos princípios de Karl Marx, por assim dizer, é entendida de diversas maneiras: mundialização do capital e poder da finança (Chesnais, 1997, 2003, 2005), neoliberalismo (Petras, 1997; Anderson, 1995), imperialismo sob domínio dos EUA (Mészáros, 2003), fase B do ciclo de Kondratiev (Wallerstein, 2003), Império (Negri e Hardt, 2001) ou acumulação flexível (Harvey, 2004). Poderíamos ainda elencar outras denominações para o mesmo fenômeno. Trata-se, na verdade, de um esforço teórico enorme do pensamento marxista (mas não só dele) de entender o presente. Assim, cada um, mesmo na perspectiva da totalidade (outro aspecto da metodologia marxista), acaba por privilegiar alguns aspectos, como o político (Petras e Anderson), o econômico (Chesnais e Wallerstein), o político e o econômico (Mészáros), o filosófico (Negri e Hardt), as novas configurações da extração da mais-valia (Harvey). Nesse sentido,

---

[1] Historiador (UFRJ), mestre e doutorando em Ciência Política pelo IUPERJ. Bolsista do CNPq.

[2] Karl Marx assevera nos "Grundrisse" que toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade.

o objetivo deste estudo é capturar essas diversas perspectivas e tentar montar um quebra-cabeça a partir dessa literatura.[3]

2. Características perenes do capitalismo e a ajuda do Estado

O capitalismo é o modo de produção que mais se metamorfoseia. Pode-se dizer com razão que ele vive em constante transformação. Porém, suas transformações constantes e cada vez mais velozes não mudam alguns de seus valores centrais: 1) o principal objeto de desejo continua a ser o dinheiro;[4] 2) o trabalhador permanece dependente da venda de sua força de trabalho para sobrevivência, porque continua não tendo os meios de subsistência, fato que o deixa subordinado ao proprietário; 3) a subordinação do trabalho ao capital materializa-se com o autoritarismo do proprietário, ou do seu representante, que encarna o poder soberano na empresa tendo a função de determinar as regras e as condições de trabalho dos seus subordinados, de admitir/demitir etc.;[5] 4) a exclusão interna (separação dos produtores diretos dos meios de produção) acompanha-se da inclusão forçada à mercantilização da vida social;[6] e 5) os meios de produção continuam (e cada vez mais) concentrados e centralizados.[7]

Para que os capitalistas tenham êxito em suas empreitadas, uma instituição em particular é de fundamental importância, trata-se do Estado. Este, constituído como sistema coercitivo de autoridade que detém o monopólio da violência institucionalizada, atua como instrumento das frações da classe dominante, impondo um metabolismo social específico aos seus oponentes. As medidas vão da garantia do direito de propriedade privada, da imposição da idéia do livre contrato (compondo a ilusão jurídica), às restrições ao poder da classe trabalhadora, vigilância policial, repressão militar, controle dos salários etc.

Ao mesmo tempo, o Estado deve criar a idéia de que os interesses públicos estão acima dos interesses privados, das lutas de classes; deve, em resumo, legitimar-se, passando a idéia do sentido de comunidade, mascarando o seu papel garantidor das desigualdades.

Todavia, a idéia corrente de que o Estado, no modelo neoliberal, não intervém na economia é falsa. Pois a intervenção estatal não diminuiu, houve sim uma mudança no tipo e na direção da intervenção, notadamente desconstruindo tudo que fora criado no período socialdemocrata. Com efeito, o Estado interveio para privatizar ao invés de nacionalizar. Quando os banqueiros privados acumularam muitas dívidas, ele interveio para "socializar" essas dívidas, convertendo-as, antes privadas, em dívida pública. No caso brasileiro, foi criado, por exemplo, o PROER. O Estado interveio para aumentar os preços, baixar as tarifas, diminuir ou não aumentar os salários. O Estado mexeu nas leis trabalhistas e

---

[3] Os autores aqui trabalhados respeitam e se enquadram perfeitamente nos princípios classificados por mim de marxistas, embora suas metodologias, teses e hipóteses diferenciem-se, como veremos.

[4] O dinheiro, na sociedade capitalista, representa um grande poder; por um lado, ele se torna objeto de luxúria e de ambição, por outro, confere o privilégio de exercer poder sobre outros – por conseguinte, pode-se comprar tanto seu tempo de trabalho quanto os serviços que se oferecem. Tal como ocorrera com a força de trabalho e com a terra, o prazer e o lazer são trazidos para o âmbito do poder do dinheiro e transformados, em larga escala, em mercadorias.

[5] O capitalista, nesse sentido, cumpre em nosso sistema o papel de controlador do processo de metabolismo social (Mészáros, 1997: 148).

[6] Em relação à discussão sobre exclusão interna e exclusão forçada no capitalismo contemporâneo e suas novas configurações, ver Fontes (2005), especialmente o capítulo 1.

[7] Uma mudança ocorre nos últimos tempos, a saber, cada vez mais gestores, não proprietários, administram as empresas para os donos.

previdenciárias com o objetivo de retirar direitos dos trabalhadores. O Estado respeitou as imposições dos organismos internacionais de *superávit* primário (que significa corte com os gastos sociais) para pagar dívidas, principalmente aos banqueiros internacionais. A instauração do livre mercado para o capital, por decretos estatais, não tinha serventia para o trabalho. As privatizações não eliminaram os monopólios, que passaram de públicos a privados.[8]

A partir das premissas acima, é absolutamente pertinente desmistificarmos a idéia corrente (neoliberal) de que o capital possa prescindir do Estado. Sabe-se, com base na História, que a mão invisível do mercado nunca bastou para garantir o desenvolvimento do capitalismo. Este sempre precisou do Estado.

Além disso, o metabolismo social capitalista tem na subordinação do trabalho ao capital sua principal marca, bem como a prevalência do lucro sobre a natureza, a vida, buscando camuflar os interesses antagônicos entre capital e trabalho.

Vistas as características perenes do capitalismo, podemos entender a fase atual deste sistema.

3. Interpretação das mudanças do capitalismo contemporâneo

Existem inúmeros estudos nas diversas matrizes interpretativas da crise do modelo socialdemocrata. A literatura socialdemocrata caracteriza-se pelo saudosismo em relação ao período do capitalismo entre o fim da Segunda Guerra e meados da década de 1970, tratando-o como período de "ouro", "glorioso" ou "Estado de bem-estar social". Isto só ocorre porque esta literatura não está preocupada com a emancipação da classe trabalhadora e se contenta com algumas reformas no capitalismo que criem direitos para os expropriados dos meios de subsistência.

Uma interpretação marxista caracteriza-se por entender: 1) que o modelo socialdemocrata é uma fase histórica do capitalismo em que houve certa melhora de vida para a classe trabalhadora, mas que a manteve subordinada e explorada pelo capital e sem sua emancipação. O papel do Estado se ampliou com algumas políticas estatais em prol dos trabalhadores (criação e/ou aperfeiçoamento do Direito do Trabalho e Previdenciário, por exemplo), mas o papel precípuo do Estado continuou a ser garantir a divisão social do trabalho, a extração da mais-valia, a propriedade privada dos meios de produção e de subsistência. Neste período, criaram-se estatais, mais empregos, regularam-se um pouco os lucros, mas, mesmo com um papel mais social e uma intervenção maior no mercado, a principal função do Estado era defender os interesses do capital. Assim, uma interpretação marxista não pode se caracterizar pelo saudosismo em relação a este período.

Chamamos a atenção para o fato de que a melhor maneira de entender a nova ordem mundial é sob a perspectiva histórica, que compara as políticas liberais do século XIX com as políticas socialdemocratas do pós-guerra e a crise deste modelo, significando uma busca por retornar ao modelo anterior, liberal, destruindo ou flexibilizando tudo que o período socialdemocrata criou. Assim, compreende-se as privatizações, liberalizações do comércio e de fluxos de capital, desregulamentação da atividade privada, austeridade fiscal (restrições dos gastos públicos), flexibilização e retirada de leis trabalhistas e previdenciárias, estabilização de preços e das contas nacionais e exigência de segurança

[8] Sobre estes tópicos, ver Petras (1997).

jurídica (neopositivismo) como práticas que, por um lado, atentam contra o que foi construído pela política socialdemocrata e, por outro, aumentam os lucros do grande capital. Os formuladores guardiões destas políticas são os organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial, a OMC e os EUA, que se colocam como o Estado internacional do sistema do capital.[9]

Em um diapasão diferente, os escritos liberais utilizam-se do critério de justiça para tratar o período em questão, tachando-o de absolutamente injusto, por interferir nas leis do mercado, obstaculizando o pleno desenvolvimento dos mais capazes etc. ao criar impostos, por exemplo, que tenham fins redistributivos.

Os defensores das mudanças no papel do Estado, notadamente os neoliberais, atribuíam a culpa pela falta de crescimento econômico às pressões reivindicativas dos trabalhadores organizados pelo aumento dos salários e outras benesses que o Estado tinha que prover. Nesse sentido, o remédio, segundo esta corrente ideológica, era paradoxal com relação ao Estado, pois preconizava: 1) mantê-lo forte para (a) romper o poder dos sindicatos, (b) controlar o dinheiro, (c) garantir as desigualdades e a defesa do patrimônio por meio do endurecimento das leis penais e (d) garantir os grandes lucros; 2) enfraquecê-lo para diminuir os gastos sociais.

Não obstante, para esta teoria, o modelo socialdemocrata postula um conjunto de ações que geram injustiça, porque prevê a intervenção do Estado na economia, atendendo alguns anseios da classe operária, que, na verdade, são anseios, principalmente, de sua aristocracia.

O problema que está posto para os teóricos do neoliberalismo é como manter/maximizar a liberdade no (para o) mercado. A teoria tem como princípio a idéia de que a desigualdade é um valor positivo e que o ideal de justiça social é "indecoroso, vazio, demagógico". Na visão de Hayek, o uso do termo "justiça social", proposto pelos socialdemocratas, é impróprio e desonesto. "O apelo por justiça social vai de encontro com as normas básicas de uma sociedade de homens livres" (Hayek, 1976: 97). Isto é, o autor expõe sua convicção de que a busca por justiça social contribuirá para a erosão das liberdades individuais e para o advento do totalitarismo. Assim, a cobrança de impostos para pagar o seguro-desemprego, por exemplo, é algo injusto. No mesmo sentido, para Nozick, a tributação dos salários ou o confisco dos lucros através de princípios padronizados significam apropriação de atos de outras pessoas. "Tomar os resultados do trabalho de alguém equivale a tomar-lhe horas. (...) Esse processo pelo qual lhe tomam essa divisão, transformam-nos em co-proprietários de sua pessoa, dão-lhes direito de proprietário sobre você" (Nozick, 1991: 191).

O modelo socialdemocrata, baseado no longo período de expansão do pós-guerra, tendo como base o trabalho masculino na fábrica e a intervenção do Estado na economia, pode ser chamado, nos termos de Harvey (2004), de fordista-keynesiano. O colapso deste padrão de acumulação tem início na década de 1970, abrindo caminho para uma nova fase do capitalismo. A crise do modelo baseado em reformas evidenciou a incapacidade do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo.[10] Trata-se, com efeito, de

[9] Sobre este aspecto ver Mészáros (2003).

[10] Este período foi marcado pelos sérios problemas do fordismo com a consolidação da recuperação da Europa Ocidental e do Japão; concomitantemente, acontece a queda da produtividade e da lucratividade

uma vitória política das forças neoliberais, que resultou na prioridade da chamada austeridade fiscal, do superávit primário, das forças de repressão etc., em detrimento dos gastos com saúde, educação, moradia, previdência etc.

Os marcos da mudança política estão nas vitórias de Thatcher e Reagan, respectivamente em 1979 e 1980, no Reino Unido e nos EUA. De acordo com Anderson (1995) e Petras (1997), a chegada destes políticos ao poder resultou na adoção de políticas neoliberais reivindicadas por Hayek, Nozick e companhia.

Todavia, a nova fase do capitalismo não se consubstancia apenas em mudanças políticas, relativas ao papel do Estado, mas também em transformações no mundo da economia.

4. Os efeitos para o assalariado das novas configurações do capitalismo

A relação capital-trabalho tem um aspecto central, que é o custo do trabalho. Por um lado, os capitalistas são obrigados pelo mercado a lutarem pela diminuição desses custos; por outro, os trabalhadores deveriam lutar pelo aumento dos salários, que significa o pagamento de horas de trabalho trabalhadas e não pagas.[11]

De acordo com Mészáros (2003: 19), o sistema do capital se articula numa rede de contradições, em cuja raiz "encontramos o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, assumindo sempre e necessariamente a forma de subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital, não importando o grau de elaboração e mistificação das tentativas de camuflá-la".[12]

Ao longo do século XX, principalmente no período socialdemocrata, os trabalhadores obtiveram vitórias significativas, melhorando sua qualidade de vida, pois era mais vantajoso para os empregadores ceder no curto prazo às exigências dos trabalhadores, particularmente nos setores em que a produção parecia muito rentável, do que enfrentar uma paralisação que lhes causasse sérios prejuízos. A situação é muito diferente na fase B do ciclo de Kondratiev (Wallerstein, 2003) na qual a economia-mundo encontra-se em fase descendente. Neste período de crise, principalmente nas décadas 1980/90 e início do século XXI, a redução dos salários – que sempre foi a tendência do capitalista – torna-se a prioridade dos empresários para enfrentar a concorrência, exacerbada com a abertura dos mercados nacionais. Este processo acontece, principalmente, de duas maneiras: 1) desregulamentação direta – flexibilização das leis trabalhistas – retirada de direitos; 2) transferência da produção dos países da Tríade (Estados Unidos, União Européia, Japão) para o resto do mundo, em busca de incentivos fiscais e de custos inferiores com o trabalhador – aqui incluídos os salários direto e indireto (processo de deslocalização).

As últimas transformações do capitalismo, com uma nova fração de classe assumindo a hegemonia no bloco no poder, resultaram em grandes mudanças para o mundo do trabalho. A primeira e principal pode ser mensurada pela subordinação dos

---

corporativas depois de 1966, que marca o começo de um problema fiscal nos Estados Unidos que só foi sanado às custas de uma aceleração da inflação, começando a solapar o papel do dólar como moeda-reserva internacional estável (Harvey, 2004: 135).

[11] Digo deveriam, pois nem sempre os trabalhadores lutam pelo fim ou diminuição da extração de mais-valia, seja por motivos ideológicos, por motivos econômicos, altos custos da luta em uma economia com índices exorbitantes de desemprego, seja por acomodação, ou por todos esses motivos juntos. Embora os resultados da vitória sejam muito gratificantes, os custos da luta são igualmente altos.

[12] Em outras palavras, sob o capitalismo, o trabalho tem a "livre escolha" econômica para se subordinar, vendendo sua força de trabalho, ou se humilhar, sem emprego, sem ter como suprir suas necessidades.

administradores-industriais aos proprietários acionistas, que tinham como a prioridade os códigos de conduta do mercado bursátil. De acordo com Chesnais (2005), em função das exigências do proprietário-acionista, que quer níveis de rendimento estáveis muito elevados, o administrador-financeiro substitui o administrador-industrial na condução das indústrias. Nesse sentido, as prioridades são modificadas e a tendência da Bolsa é mais importante que qualquer outra coisa.[13]

Trata-se, portanto, da pressão dos mercados sobre os grupos industriais com vistas a igualar, pelo alto, o nível da taxa de juros sobre os títulos da dívida, com os lucros industriais. Essas novas normas de rentabilidade têm efeitos nefastos sobre a extração de mais-valia, tanto em termos de produtividade e de flexibilidade do trabalho, como de mudanças nas formas de determinação dos salários.

Portanto, os assalariados foram as verdadeiras vítimas da chegada dos proprietários-acionistas ao comando da produção.[14]

Dentre outros fatores, a abertura dos mercados nacionais, juntamente com as novas tecnologias de informação e comunicação, foram fatores decisivos que permitiram o amplo controle dos gestores sobre as empresas. Além disso, o capital aproveitou a liberdade de deslocamento para impor condições de exploração aos trabalhadores no mundo todo. A facilidade de se deslocar de um lugar para outro, seja entre países, seja entre os continentes, ampliou as condições de imposição do capital sobre o trabalho na busca por aumento de lucros. Como expressão de todo este movimento, ainda caminhava a automação industrial, que substitui parte do trabalho vivo por trabalho morto.

Estas formas permitem explorar o trabalho de uma mão-de-obra qualificada (às vezes muito qualificada) nos países de salários baixos para a produção de bens e serviços que serão vendidos nos países avançados. A exploração das diferenças de valor e de preço entre países não ocorre nas matérias-primas, mas no preço de compra da força de trabalho e nas taxas de rendimentos, permitidas pela ausência de regulamentação do trabalho que garanta direitos importantes aos trabalhadores.

O resultado de todo este processo é o aumento da extração de mais-valia absoluta e relativa. A primeira, baseada na extensão da jornada de trabalho com relação ao salário necessário para garantir a reprodução da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, o capitalismo, através de seus sistemas de propaganda, cria nos trabalhadores necessidades de produtos, em sua maioria supérfluos. Assim, afirma Harvey (2004: 174), o aumento do número de horas de trabalho, associado a uma redução feral do padrão de vida, através da erosão do salário real ou da transferência do capital corporativo de regiões de altos salários para regiões de baixos salários, representa uma faceta da acumulação flexível de capital. A mais-valia relativa está fundada tanto na "revolução" tecnológica, quanto na deslocalização. O objetivo de ambas é reduzir os custos que definem o padrão de vida do trabalho. O

[13] Obrigadas a destinar seus recursos para reembolsar os bancos e a tranqüilizar os acionistas por meio de pagamentos particulares (recompra de títulos a preços superiores à cotação na Bolsa), as empresas reduziram seus investimentos e cortaram seus efetivos de assalariados (Chesnais, 2006).

[14] Nos anos 90, a base material da taxa de rendimento de 15% sobre os fundos próprios foi uma taxa de crescimento dos lucros de 8% a 9%. O rigor salarial e a flexibilização do emprego, assim como o recurso sistemático ao trabalho barato e pouco protegido, por meio da deslocalização e da subcontratação internacional, permitiram esse movimento." (Chesnais, 2006: 55).

resultado de todo esse processo é o salário mais baixo, o desemprego, o trabalho informal e o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e assim por diante.

5. Conclusão

Todo esse processo tem um resultado paradoxal para o mundo do trabalho: ao mesmo tempo em que o trabalhador convive com tecnologias avançadíssimas transformadas em mercadoria, como o telefone celular, e amplamente difundidas para grandes extratos sociais, a esse mesmo trabalhador falta comida, moradia, saúde, educação, transporte, salário decente e, principalmente, emprego seguro e de qualidade, sem contar os meios de subsistência que lhes foram roubados a ferro e fogo há muito. De modo que as marcas do nosso tempo são o desemprego, o subemprego, o trabalho informal, o bóia-fria, o camelô, o biscate, as horas extras, o trabalho temporário, o trabalho escravo e de corvéia, que persiste, o assalto, o tráfico, o contrabando, a violência, as leis sanguinárias, a tortura, a prostituição, as desigualdades, a extração de sobretrabalho... o capitalismo. Mesmo quando a pessoa está empregada em um trabalho formal (com carteira assinada e todos os direitos que a acompanham), além de estar subordinada e dependente do patrão, não tem qualquer garantia de que continuará produzindo riqueza para um proprietário. Daí sua constante insegurança.

Por fim, todos sabemos que a destruição da natureza em curso, flora, fauna, do nosso oxigênio, o aquecimento global, a destruição dos nossos rios e nascentes, a poluição dos mares etc., é conduzida a passos largos, porque tudo nesse sistema se transforma em mercadoria e/ou está a serviço do lucro e/ou requer capital para reversão do quadro destrutivo. Mais do que nunca, o sistema mostra sua face e fica cada vez mais evidente que o lucro está acima da vida. A equivalência encontrada no mundo do trabalho para a destruição da natureza pelo sistema é quando um trabalhador é demitido e fica sem condições de prover sua subsistência e a de sua família. Mészáros afirmou que o capitalismo nos levaria a barbárie, mas creio que ele foi generoso, pois o capitalismo para muitos é a própria barbárie.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BOITO JR., Armando. A burguesia no governo Lula. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 52-76, 2005.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?* Rio de Janeiro: editora FGV, 1999.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHESNAIS, François. Capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.

_____. *A finança mundializada*: raízes sociais e políticas, configurações, conseqüências. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, François *et al. Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

DUMÉNIL, Gerard & LÉVY, Dominique *et al. Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. *The three worlds of welfare capitalism*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo.* Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna.* 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. Rio de janeiro: Ed. Globo, 1946.

_____. *Law, legislation and liberty*: the mirage of social justice. Chicago-London: The University of Chicago Press, 1976.

MARX, Karl. Introdução à crítica da economia política. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril, 1974 [1871]. (Os Pensadores).

_____. *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984 [1871]. v. 1, livro 1, tomo 2, cap. XXIV.

MÉSZÁROS, István. Ir além do capital. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.

_____. *O século XXI*: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

NEGRI, Antonio & HARDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

NOZICK, Robert. *Estado, anarquia e utopia*. Brasília: Ed. UnB, 1991.

SADER, Emir & GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAES, Décio. *República do capital*. São Paulo: Boitempo, 2001.

PETRAS, James. Os fundamentos do neoliberalismo. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *No fio da navalha*: crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização*: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais do Estado capitalista.* Porto: Portucalense, 1971.

WALLERSTEIN, Immanuel *et al. Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.